

Marcos Rolim

JUSTIÇA RESTAURATIVA E POLÍTICA PÚBLICA

Em busca de soluções com base em evidências

MARCOS ROLIM

Prefácio
Afonso Armando Konzen

FORUM

JUSTIÇA RESTAURATIVA E POLÍTICA PÚBLICA

Em busca de soluções com
base em evidências

Prefácio
Afonso Armando Konzen

Área específica
SOCILOGIA.

Áreas afins do livro
DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS,
DIREITO PENAL.

Palavras-chave
JUSTIÇA RESTAURATIVA; PRÁTICAS
RESTAURATIVAS; POLÍTICA PÚBLICA;
RESULTADOS; EVIDÊNCIAS.

Nas democracias contemporâneas, cresce o interesse pela Justiça Restaurativa, abordagem que tem sido referência também em processos de Justiça de Transição. A par do seu extraordinário potencial, o movimento restaurativo enfrenta determinadas ambiguidades conceituais que precisam ser superadas e, no Brasil, carece também de uma política pública que dialogue com estudos empíricos de avaliação de resultados dos programas em curso. O livro “Justiça restaurativa e política pública: em busca de soluções com base em evidências”, do professor Marcos Rolim, um dos pioneiros no movimento restaurativo no Brasil, trabalha nos espaços de indefinição mencionados, propondo caminhos a partir de evidências encontradas em estudos internacionais.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 4410

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

R748j	Rolim, Marcos Justiça restaurativa e política pública: em busca de soluções com base em evidências / Marcos Rolim. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 175p. 14,5x21,5cm
	ISBN impresso 978-85-450-0996-2 ISBN digital 978-85-450-0995-5
	1. Justiça restaurativa. 2. Práticas restaurativas. 3. Política pública. 4. Resultados. I. Título.
	CDD: 345 CDU: 343

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ROLIM, Marcos. *Justiça restaurativa e política pública: em busca de soluções com base em evidências*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 175p. ISBN 978-85-450-0996-2.

Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também realizou seu pós-doutoramento com pesquisa em Justiça Restaurativa. Foi professor visitante na Universidade de Oxford (UK), onde se especializou em Segurança Pública. Atualmente é vice-diretor da Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do RS e professor da Unilasalle no PPG de Memória Social e no PPG de Direito, onde desenvolve agenda de pesquisas sobre prevenção da violência e políticas públicas com base em evidências. Presidiu as comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS e da Câmara Federal e foi membro titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e do Conselho do Centro Internacional para a Promoção dos Direitos Humanos (CIPDH) da Unesco.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Afonso Armando Konzen	11
-----------------------------	----

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

CAPÍTULO 1

CONSENSO E DISSENTO NA JUSTIÇA RESTAURATIVA	19
Considerações iniciais	19
Restauração e indefinição	20
O consenso clássico	24
O dissenso restaurativo	26
Vertentes restaurativas no Brasil.....	31
Considerações finais	39
Referências	41

CAPÍTULO 2

JUSTIÇA RESTAURATIVA E PREVENÇÃO	47
Introdução	47
Impasses da Justiça Criminal	48
O modelo restaurativo.....	55
Referências	63

CAPÍTULO 3

JUSTIÇA RESTAURATIVA E REINCIDÊNCIA	65
Introdução	65
Reincidência criminal: aspectos conceituais	66
<i>Corpus</i> de pesquisa: escolhas metodológicas	69
O impacto de programas de Justiça Restaurativa	70
Considerações finais	75
Referências	78

CAPÍTULO 4

JUSTIÇA RESTAURATIVA EM PRISÕES	81
Introdução	81
JR em prisões: possibilidades e limites	83
Evidências sobre programas restaurativos em prisões	88
Conclusão	95
Referências	96

CAPÍTULO 5

JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS, ISSO FUNCIONA? EVIDÊNCIAS DE ESTUDOS INTERNACIONAIS DE REVISÃO SISTEMÁTICA	101
Introdução	101
A violência escolar	103
Evidências sobre o impacto da Justiça Restaurativa nas escolas	106
Discussão sobre as evidências	113
Considerações finais	115
Referências	116

CAPÍTULO 6

JUSTIÇA RESTAURATIVA E ASSÉDIO MORAL.....	121
Introdução	121
A abordagem restaurativa	122
Os limites do Direito Penal	125
O assédio moral no trabalho.....	128
Uma possibilidade para a Justiça Restaurativa	130
Considerações finais	133
Referências	134

CAPÍTULO 7

MEMÓRIA E RESTAURAÇÃO, O CASO ARGENTINO	137
Introdução	137
Memória e imperativo ético.....	139
Práticas restaurativas e justiça de transição	142
Verdade, justiça e memória, o caso argentino.....	144
Discussão.....	150
Considerações finais	151
Referências	152

CAPÍTULO 8

JUSTIÇA RESTAURATIVA E RECONHECIMENTO.....	155
Introdução	155
Teoria do reconhecimento: respeito, autorrespeito e autoestima	157
Desrespeito, reconhecimento e crime.....	162
Conclusão	166
Referências	169

REFERÊNCIAS.....	173
------------------	-----